

# RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

19 OUTUBRO 2019



## I.

**As eleições legislativas confirmaram o Bloco de Esquerda, de forma consistente, como a terceira força política em Portugal.**

O Bloco manteve o seu grupo parlamentar, comprovou a solidez do campo popular que representa e tornou mais uniforme a sua expressão territorial, contribuindo ainda para que não houvesse maioria absoluta. A campanha do Bloco concentrou-se nas prioridades políticas do seu programa e demonstrou, nas suas iniciativas, o crescimento da sua base popular e a mobilização de setores que protagonizaram lutas importantes e que alcançaram vitórias marcantes no ciclo político que agora se encerra.

Com uma percentagem em território nacional de 9,67%, o Bloco regista uma pequena variação negativa face a 2015, muito embora a sua percentagem de votos tenha subido na maior parte dos distritos: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu e na Região Autónoma dos Açores. Em Aveiro e Braga, esta subida percentual da votação no Bloco permitiu reforçar a eleição (mais um mandato em cada um destes círculos), compensando a perda do mandato na Madeira e de um mandato no Porto.

Nas eleições legislativas, e em termos absolutos, o Bloco de Esquerda teve 500.017 votos. Comparando com as eleições legislativas de 2015, nas eleições legislativas de 2019, que registaram mais abstenção, o Bloco perdeu 50.875. A tendência de redução do número de votos absolutos é geral em todo o território, escapando os círculos da Europa e Fora da Europa (mais 6.496 votos) e quatro distritos: Viana, Vila Real, Viseu e Coimbra (nestes dois distritos, o Bloco ganha mais de 1000 votos em cada um, face há 4 anos). O reforço do PS, mas também do PAN (que tem agora um grupo parlamentar, com deputados eleitos por Lisboa, Porto e Setúbal) e do Livre (elege uma deputada por Lisboa) colocou uma maior pressão em distritos onde historicamente o Bloco tem votações mais fortes e em que perdeu mais votos em termos absolutos: em Lisboa, menos 18.493 votos; no Por-

to, menos 12.401, em Setúbal menos 7.413; em Faro menos 5.667 votos; em Santarém, menos 3.348 votos; na RA da Madeira menos 6.536 votos. Na RA da Madeira, ao contrário do restantes distritos, a variação não é apenas residual, mas representa uma quebra quase para metade. Este resultado aparece na sequência das eleições regionais de 22 de setembro, onde o Bloco de Esquerda não conseguiu eleger qualquer deputado.

O resultado destas eleições revela capacidade do PS de traduzir em reconhecimento eleitoral as medidas socialmente progressivas da maioria parlamentar, tendo sido o partido que mais cresceu quer em percentagem quer em número de votos, não alcançando contudo a maioria absoluta. Por outro lado, exprime um desgaste eleitoral do PCP.

A Direita, cujo programa é claramente rejeitado pelos portugueses, sai destas eleições profundamente derrotada. O colapso eleitoral do CDS e o surgimento de novos protagonistas no campo mais à Direita – com a eleição de um deputado que representa o extremismo liberal e de um deputado da extrema-direita – podem significar a abertura de um processo de reconfiguração social e institucional deste campo político.

**O Bloco de Esquerda, tal como já tinha afirmado durante a campanha, manifestou logo na noite eleitoral a disponibilidade para uma negociação que reeditasse um acordo como o celebrado há 4 anos.** Manifestou também que não se oporia a um governo minoritário do Partido Socialista, ainda que tal acordo não viesse a existir.

O PS afirmou inicialmente a vontade de trabalhar para um acordo de maioria parlamentar. Assim, e na reunião entre os dois partidos, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de base e metodologia para a negociação do acordo, que reproduzia salvaguardas semelhantes às de 2015 (nenhum corte direto ou indireto nos rendimentos do trabalho, nenhuma privatização, nenhuma alteração constitucional ou de lei eleitoral por acordo com a direita), que identificava áreas de negociação (trabalho e fiscalidade;

serviços públicos e direitos; investimento e clima) e que se iniciaria com o compromisso de acabar com os cortes da troika que ainda permanecem na legislação laboral (repondo férias, pagamento de horas extraordinárias e compensação por despedimento). O PS não apresentou qualquer contraproposta e, dois dias depois, recusou iniciar o processo negocial para um acordo com o horizonte de legislatura.

**Ao recusar negociar um acordo para a legislatura, o PS escolheu não constituir uma maioria parlamentar, ao contrário do que aconteceu em 2015.** O modo como a direção do PS conduziu os contactos pós-eleitorais com as outras forças políticas, e sua escolha de governar em minoria e sem acordos, procurando entendimentos pontuais com a oposição de esquerda, manifesta a leitura que o PS faz da nova relação de forças no Parlamento.

**O Bloco de Esquerda está disponível para, e pretende, neste novo quadro político, apreciar e negociar com o PS as decisões a tomar no parlamento e, designadamente, os Orçamentos do Estado.** As prioridades do Bloco decorrem do compromisso programático com que se apresentou a estas eleições: recuperação de salários e pensões, fortalecimento dos serviços públicos, investimento público para responder à crise da habitação e à emergência climática.

## II.

**O Bloco de Esquerda não alcançou os seus objetivos nas eleições regionais da Madeira.** Num cenário de forte polarização entre PS e PSD, que tornou mais difícil ao Bloco Madeira passar a sua mensagem, o Bloco de Esquerda não só perdeu a representação parlamentar na Assembleia Legislativa Regional da Madeira como a direita continua a governar a região, num parlamento com menos representantes da esquerda (Bloco perde os seus 2 deputados, o PCP perde um e mantém apenas um eleito).

Muito embora, e pela primeira vez desde o 25 de abril, o PSD Madeira não tenha conseguido alcançar a maioria absoluta, o CDS (que perdeu votos e mandatos), garantiu-lhe os 3 deputados necessários para que continue a governar com maioria parlamentar.

Estes resultados merecem uma reflexão aprofundada, a decorrer nos próximos meses, sendo certo que o Bloco de Esquerda na Madeira manterá a sua luta de sempre e será oposição ao governo PSD/CDS da Madeira.

## III.

**O acidentado processo que desembocou na eleição da nova presidente da Comissão Europeia, a alemã Ursula Von der Leyen, é sintomático da profundidade da crise política das instituições da União Europeia.**

Durante meses, os mais diversos representantes do bloco central europeu prometeram que o novo líder da Comissão seria escolhido entre os spitzenkandidaten. A intensidade destas garantias só encontrou paralelo em Portugal nas promessas de António Costa e do PS que, dirigidos pelo presidente francês, o liberal Emmanuel Macron, anunciavam uma Europa progressista para fazer frente à extrema-direita europeia.

Dos escombros das promessas, ergueu-se uma Comissão Europeia com um peso inaudito da extrema-direita, liderada por uma ex-ministra de Angela Merkel que deve a eleição a Viktor Órban e seus aliados, e um Banco Central Europeu dirigido por Christine Lagarde, ex-ministra de Sarkozy e uma das principais responsáveis pelas desastrosas intervenções da troika .

Neste novo mandato, o Bloco de Esquerda vai-se bater por uma resposta efetivas às alterações climáticas, que passe por um Pacto Verde europeu, pelo pleno emprego e por serviços públicos fortes, rejeitando as políticas de austeridade, o militarismo e a Europa fortaleza.

## IV.

**A Ação Climática é o novo normal e temos de ir mais longe no combate das nossas vidas.**

O mês de setembro foi marcado pela Cimeira da Ação Climática das Nações Unidas e pela terceira greve climática estudantil e primeira greve geral climática internacional. Em Portugal contou com a adesão de alguns sindicatos, destacando-se a Fenprof.

Os ataques dos negacionistas e lobby dos combustíveis fósseis tornou-se também neste mês mais agressivo, com a disseminação de notícias falsas e teorias da conspiração para atacar as jovens que encheram as ruas a 27 de setembro e Greta Thunberg. “Os putos” não se intimidam e já têm nova greve internacional anunciada para 29 de novembro.

Os incêndios na Amazônia ou nas recentes mobilizações indígenas no Equador dão são as mais atuais expressões da urgência e centralidade da questão cli-

mática. Em Portugal, esses impactos estão presentes em eventos recentes, dos efeitos do furacão Lorenzo ao desaparecimento dos Rio Ponsul e Sever.

Neste cenário, reafirmamos o nosso combate às alterações climáticas. Instamos o Governo à Declaração de Emergência Climática - à semelhança da posição tomada pela cidade de Lisboa no recente Fórum Mundial de Autarcas C40.

E reafirmamos o fecho da central de Sines até 2023 e da central do Pego no final do atual contrato, em 2021. Segundo os últimos dados conhecidos, a utilização do carvão tem reduzido drasticamente e o próprio Relatório de Segurança de Abastecimento da DGEG prevê, no teste de stress, o encerramento destas duas centrais para 2020 e 2021, o que demonstra a exequibilidade da proposta do Bloco de encerramento dos dois maiores emissores nacionais antes do final da próxima legislatura.

## V.

**Na Catalunha, a condenação efetiva do exercício de direitos políticos representa um ataque aos princípios fundadores do Estado de Direito Democrático e aos mais elementares direitos cívicos e políticos.**

Dois anos após o referendo sobre a autodeterminação da Catalunha, o Supremo Tribunal espanhol aplicou pesadas penas de prisão aos principais dirigentes políticos e associativos catalães. As sentenças evidenciam que as autoridades políticas e judiciais do Reino de Espanha pretendem intensificar a política de repressão e de judicialização, provocando o aprofundamento do conflito político que se desenvolve na Catalunha, em vez de abrir canais de diálogo que o possam superar.

O Bloco de Esquerda reitera o seu compromisso com o respeito integral e extensivo dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, condição essencial para a legitimação de um Estado de Direito Democrático, apela à libertação dos presos políticos, ao direito ao regresso dos exilados e à abertura de um processo de negociação político que respeite o direito do povo catalão a determinar democraticamente o seu futuro coletivo.

## VI.

**O Bloco de Esquerda condena a ocupação turca do Curdistão sírio, expressa o seu apoio ao povo Curdo, às campanhas de solidariedade com a sua luta e de condenação da ocupação turca, exige a retirada**

**imediate das forças armadas invasoras, apela ao fim da exportação de armas para Ancara, a imposição de sanções aos dirigentes políticos e militares turcos responsáveis pela invasão, o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, que impeça a prossecução dos bombardeamentos turcos, e insta o governo português a declarar os membros da Missão Diplomática da Turquia em Portugal como “personas non gratas”, até que estejam verificadas no terreno o fim das hostilidades bélicas.**

O exército turco, o segundo mais numeroso da NATO, voltou a passar a linha da fronteira para agredir e invadir o Curdistão sírio. Em 2016, já marchara até Afrin, deixando clara a sua intenção de expandir a ocupação até o nordeste da Síria, movimento só dissuadido pelas tropas americanas estacionadas na região. A 6 de outubro, Trump garantiu a Erdogan que retiraria as tropas do nordeste sírio, abrindo portas para que as forças armadas de Ancara prosseguissem com o seu militarismo sectário. Assim foi.

As tropas de Erdogan bombardearam e invadiram várias cidades curdas, até ao momento governadas pelas Forças Democráticas da Síria (SDF), uma coligação multiétnica liderada pelos curdos, e que, como é sabido e reconhecido internacionalmente, foram essenciais para derrotar o Daesh em território sírio.

A ofensiva já provocou centenas de mortos e a deslocação de milhares de pessoas, pressionando ainda mais um dos territórios mais martirizados e desestabilizados do mundo. Ao mesmo tempo, conforme vários especialistas e dirigentes curdos têm alertado, pode servir de balão de oxigénio para a reorganização militar do Daesh na síria – nas prisões curdas encontram-se detidos centenas de operacionais terroristas.

## VII.

**O Equador levantou-se contra o imperialismo do Fundo Monetário Internacional e obrigou o governo de Lenín Moreno a recuar. Uma vez mais se prova que a mobilização popular pode derrotar as “inevitabilidades” dos cortes e abrir caminho a políticas alternativas.**

Durante duas semanas, as ruas de Quito foram palco de enormes protestos contra as políticas de austeridade que o governo de Lenín Moreno pretendia implementar para aceder a um empréstimo de 3,8 mil milhões de euros do FMI.

A força do movimento popular, encabeçado pelo mo-

vimento indígena, obrigou o governo equatoriano a abandonar a receita económica de Washington e a negociar um plano alternativo de medidas com os principais dirigentes da revolta social, que têm deixado claro que o combate ao défice nacional deve ser feito através do aumento de impostos sobre os mais ricos e não através de cortes nos direitos laborais e sociais das classes trabalhadoras.

Este levantamento é também contra o extrativismo e privatização de recursos - entre eles reservas de óleo e gás -, imposição que o FMI também trazia no "Paquetazo" como forma de contornar a oposição consistente da comunidade à ofensiva feroz de empresas mineiras multinacionais que se tem vindo a verificar no último ano.

Após a desmobilização das populações, o governo iniciou uma perseguição policial e judicial contra dirigentes políticos não afectos a Lenin Moreno. Entre outros, foi detida a prefeita eleita de Pichincha, Paola Pabon. O Bloco de Esquerda exige a libertação de todos os presos políticos.

## **VIII.**

### **O Bloco de Esquerda manifesta a sua solidariedade com o movimento democrático e por direitos humanos que se mobiliza em Hong Kong.**

Em Hong Kong, colónia britânica até 1997, a luta política por direitos civis ganhou as ruas em dimensões novas. Agudizam-se desde junho de 2019 os confrontos entre a administração do território, dependente da República Popular da China, e a movimentação social, e revelam e anunciam desafios democráticos crescentes nos próximos tempos.